

BANCO
MERCANTIL

Relatório Pilar III

Resolução BCB nº54/2020

4º Trimestre de 2025

Sumário

1. Introdução	4
2. Principais Indicadores.....	5
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	6
3. Modelo de Negócio e Perfil de Riscos	6
3.1. Declaração de Appetite a Riscos (RAS).....	7
3.2. Dimensões do Appetite a Riscos	7
4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital	10
4.1. Governança	10
4.2. Estrutura de Gerenciamento de Capital	12
4.2.1. Apuração do Requerimento Mínimo de Capital	14
4.2.2. Razão de Alavancagem	17
4.2.3. Suficiência de Capital	18
4.3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	18
4.4. Programa de Teste de Estresse	20
4.5. Comunicação Estruturada de Informações	21
4.5.1. Cultura de Riscos.....	21
4.6. Comitê de Crise.....	22
5. Riscos: Processos, Mensuração e Controle	23
CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	23
5.1. Risco de Crédito	23
5.1.1. Controle e Acompanhamento	23
5.1.2. Provisão para Perda Esperada – IFRS9	24
5.1.3. Limite de Exposição por Cliente – LEC	25
5.1.4. Detalhamento das Exposições do Risco de Crédito	25
CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	29
5.2. Risco de Crédito de Contraparte	29
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização.....	29

5.3.	Exposição de Securitizações.....	29
MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado.....		30
5.4.	Risco de Mercado	30
5.4.1.	Controle e Acompanhamento	31
5.4.2.	Carteira Trading	32
IRRBBA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB.....		33
5.4.3.	Carteira <i>Banking</i>	33
5.4.4.	Políticas e Estratégias para o Gerenciamento e a Mitigação do IRRBB..	34
5.4.5.	Descrição dos Cenários de Choque e de Estresse de Taxas de Juros....	35
5.4.6.	Hedge de Exposições ao IRRBB	36
5.4.7.	Premissas Relevantes da Modelagem para a Parametrização no Cálculo do Δ EVE e do Δ NII	36
5.4.8.	Derivativos	37
LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez		38
5.5.	Risco de Liquidez.....	38
5.5.1.	Controle e Acompanhamento	39
5.5.2.	Comunicação Interna	41
5.5.3.	Plano de Contingência de Liquidez	41
5.6.	Risco de Segurança Cibernética.....	41
5.6.1.	Definição de Relevância.....	42
5.6.2.	Comunicação dos incidentes relevantes.....	43
5.6.3.	Compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes	43
5.6.4.	Controle e Acompanhamento	44
5.6.5.	Comunicação Interna	44
5.7.	Risco de Inconformidade	45
5.7.1.	Controle e Acompanhamento	45
5.7.2.	Comunicação Interna	46
5.8.	Risco de Privacidade	46
ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional		47
5.9.	Risco Operacional	47
5.9.1.	A Estrutura Organizacional, Incluindo Papéis e Responsabilidades do Pessoal da Instituição no Gerenciamento e Controle do Risco Operacional	48

5.9.2.	Sistemas, Rotinas e Procedimentos Utilizados para Mensurar o Risco Operacional	49
5.9.3.	Estratégias de Mitigação do Risco Operacional.....	50
5.10.	Gestão de Continuidade dos Negócios	52
5.11.	O Sistema de Controles Internos	53
5.11.1.	Metodologia Aplicada	53
5.12.	Risco Social, Ambiental e Climático.....	54
5.12.1.	Controle e Acompanhamento	56
5.13.	Risco de Imagem e Reputação	57
5.13.1.	Controle e Acompanhamento	58
6.	Anexos	58

1. Introdução

O gerenciamento de riscos corporativos possibilita aos tomadores de decisão a administração eficaz das incertezas inerente aos negócios, bem como os riscos e as oportunidades a elas associadas, a fim de melhorar a capacidade de geração de valor às partes interessadas.

No Banco Mercantil, a Gestão dos Riscos e do Capital é parte integrante e fundamental nas atividades da Instituição, suportando os processos de tomada de decisão, visando obter a melhor relação risco/retorno, através da otimização do uso do capital, bem como para a seleção das melhores oportunidades de negócios.

As informações descritas ao longo desse documento visam dar transparência, municiando o público em geral com informações fidedignas, consistentes e tempestivas, respeitando os padrões de Governança Corporativa.

Este relatório contempla as informações requeridas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) por meio da Resolução nº 54/2020 e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através das Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.745/2019, que dispõem sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

O presente documento é peça complementar às demais informações financeiras divulgadas pela Instituição, disponíveis no site do Banco Mercantil, na área de Relações com Investidores.

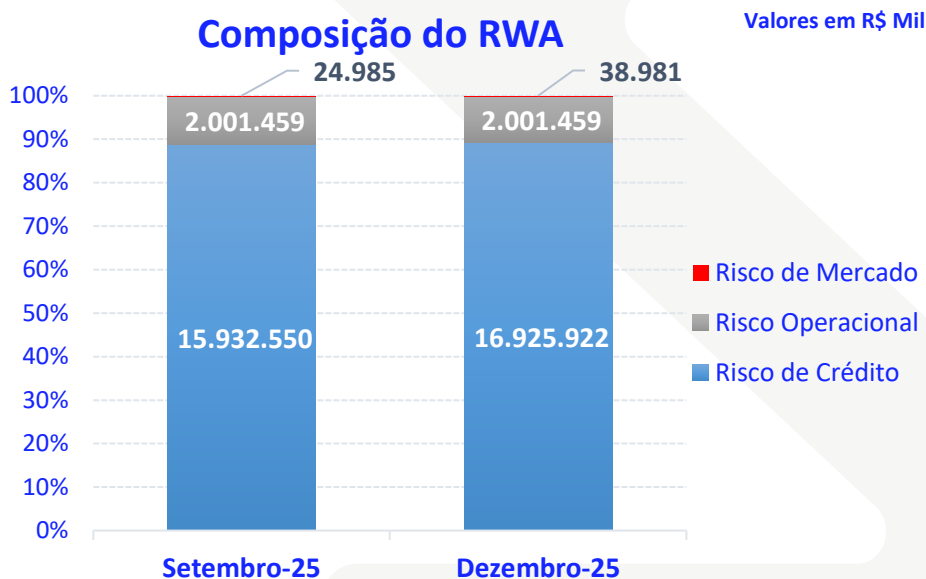
2. Principais Indicadores

Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o Banco Mercantil se mostrou alinhado aos limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e dentro das diretrizes de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração, conforme demonstrado a seguir:

Índice de Basileia 13,5%	Índice Nível I 11,2%	Índice Capital Principal 9,8%
Razão de Alavancagem 0,0%	RWA Total¹ R\$ 18.966.362	Patrimônio de Referência¹ R\$ 2.566.563

¹Valores em R\$ Mil

O risco das atividades de Instituições Financeiras é representado pela apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No quarto trimestre de 2025, as parcelas que compõem o RWA possuíam a seguinte exposição:



OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

3. Modelo de Negócio e Perfil de Riscos

O Banco Mercantil é uma instituição financeira que carrega em seu DNA a solidez e a tradição dos seus 82 anos de mercado, atrelada a uma atuação estratégica, voltada para a inovação e o desenvolvimento sustentável de suas atividades.

Para isso, tem focado cada vez mais no alto investimento em tecnologia e na expansão dos canais de atendimento, possibilitando aos clientes uma melhor experiência no relacionamento bancário – seja na realização de transações financeiras, na contratação de empréstimos ou no pagamento dos benefícios do INSS – carro-chefe da nossa atuação.

Ao tornar-se referência no pagamento de benefícios do INSS, o Banco Mercantil tem consolidado seu propósito em ser o melhor ecossistema financeiro para o público 50+, a partir de um planejamento estratégico renovado e dinâmico, baseado em inovação, digitalização e cultura.

O Banco Mercantil possui um portfólio completo de produtos e serviços em crédito, investimentos, cartões e seguros, ofertados de forma diferenciada e aderente a cada público-alvo, com base em técnicas de *data analytics*, modelos de propensão a compra, que proporcionam adoção de clusters de vendas com abordagens em multicanais, gerando alto índice de conversão e fidelização de clientes.

O Banco Mercantil diferencia-se no mercado ao atender um público muitas vezes negligenciado por outras instituições financeiras. A combinação de presença física próxima e atendimento digital simplificado permite que o Banco ofereça conveniência e soluções personalizadas para esse segmento e produtos que atendem às necessidades específicas do público 50+.

A busca por níveis mais elevados de eficiência comercial e operacional também é foco permanente de atuação mediante a revisão, simplificação e a automatização de processos, bem como a gestão rigorosa de despesas. Práticas ágeis auxiliam a atingir

resultados expressivos e aproximar as áreas da organização. Isso garante o alinhamento com as diretrizes estratégicas, acompanhamento financeiro próximo, e a presença dos times especializados em processos e experiência do cliente, em uma cultura ágil e digital.

3.1. Declaração de Appetite a Riscos (RAS)

Para alcançar seus objetivos estratégicos, a Instituição assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária e, para isso, define os níveis aceitáveis de riscos que deseja incorrer, mantendo controles para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

A definição dos limites de apetite e tolerância ao risco é baseada em critérios objetivos, sempre em conformidade com as diretrizes estratégicas da Instituição estabelecidos pelo Conselho de Administração, podendo serem citados a regulação vigente – a qual determina patamares mínimos ou máximos –, critérios estatísticos calculados usando dados históricos, correlações entre indicadores ou sua sensibilidade aos cenários de estresse.

A Declaração de Appetite a Riscos (RAS) é a base de comunicação dos riscos admitidos para o cumprimento dos objetivos estratégicos junto à Diretoria e gestores responsáveis, para que estes sejam capazes de avaliar e administrar os riscos, na condução diária do negócio, respeitando os limites estabelecidos.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de painéis de controle, alertas periódicos e relatórios de gerenciamento de riscos e de acompanhamento da performance da Instituição, em que os níveis da governança são informados quanto às exposições a riscos, a utilização dos limites vigentes e a necessidade de acionamento de planos de ação para correção dos desvios de metas.

3.2. Dimensões do Appetite a Riscos

O Banco Mercantil estabeleceu uma relação com a estratégia definida e seu desdobramento, resultando em métricas quantitativas ou qualitativas para tipos ou dimensões de risco, quais sejam, Estratégia, Solvência, Liquidez, Mercado, Operacional, Crédito, Tecnologia, Conduta, Imagem, Social, Ambiental e Climático.

Solvência: Manter um nível adequado de Capital para fazer face a perdas inesperadas, situações de estresse e oportunidades de negócios, em atendimento às exigências regulatórias e garantindo a solidez e perpetuidade da Instituição. O gerenciamento do nível de capitalização, é definido por meio da estrutura, política, plano de capital e de contingência. Além de possuir processos de gestão e monitoramento, a Instituição atua de forma proativa e com visão prospectiva para garantir esse objetivo.

Estratégia: “Ser o banco que você escolhe e confia: simples e próximo”. A partir desse propósito maior e baseado em seus valores, o Banco Mercantil se posicionou em “ser o melhor banco para o público 50+”. Paralelo a isso, busca remunerar seu capital de forma sustentável, atendendo à expectativa de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios. A Instituição zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados, baseado em um ambiente tecnológico com portfólio completo de produtos e serviços, e excelência na experiência do cliente.

Crédito: O Banco Mercantil atua com foco no crédito massificado para pessoas físicas beneficiárias do INSS, garantindo uma carteira pulverizada, rentável e com produtos vinculados ao recebimento do benefício. Restrição ao crédito de elevados volumes e concentração.

Tecnologia: Garantir infraestrutura tecnológica para atender às demandas do cliente e do negócio, com foco na transformação digital. Buscar inovação tecnológica no desenvolvimento de otimizações e novas soluções digitais focando em eficiência, segurança e experiência do usuário. Segurança da informação e cyber, ambiente estável e seguro, acesso aos canais de relacionamento e ferramentas de gestão de desempenho são os pilares de gerenciamento dessa dimensão.

Liquidez: Manter os níveis de liquidez dentro dos limites tradicionalmente confortáveis a partir de captações com perfil predominantemente pulverizado, estável e de baixos custos, possibilitada por uma ampla rede de atendimento. Ademais, a Instituição busca garantir uma estrutura de Caixa compatível com o porte das suas obrigações e protegendo-se de cenários adversos.

Mercado: Alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, garantindo exposição adequada ao risco de variação nas taxas de juros e câmbio, inerentes à atividade bancária. A Instituição monitora diariamente as oscilações de preços e taxas dos instrumentos financeiros, a fim de identificar possíveis perdas financeiras, considerando que as operações ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Além disso, realiza o controle diário das posições de trading e de proteção (hedge), em paralelo a Gestão do descasamento da carteira e seus impactos na alocação de capital (IRRBB).

Operacional: Mitigar os riscos operacionais, incluindo o legal, oriundos de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, por meio de um ambiente de controles eficiente. A exposição ao risco operacional é gerenciada por meio de um processo de identificação e gestão de riscos e controles, além da evolução das perdas operacionais por evento. Eventos de perdas operacionais são passíveis de ocorrer considerando o expressivo volume de atividades e operações realizadas, cabendo à Instituição seu monitoramento, mitigação e atuação nas causas-raiz de eventos de perda.

Imagem: A imagem pública e reputação positivas são ativos cuidadosamente construídos, ao longo dos anos, por comportamentos pautados pela ética e pelos valores que os sustentam. O gerenciamento do Risco de Imagem e Reputação no Banco Mercantil tem como objetivo alinhar os processos existentes por toda a Instituição, prevendo ações para mitigar os potenciais geradores de risco de imagem, bem como uso de ferramentas e reportes que possam mensurar e consolidar a exposição ao risco. As políticas e práticas de bom atendimento estão aliadas à gestão responsável da imagem corporativa, por meio de ações consolidadas de relacionamento com públicos sensíveis como imprensa, investidores e clientes, bem como políticas de comunicação consistentes e alinhadas à identidade e aos valores da Instituição.

Conduta: Estimular a adoção de práticas equitativas que atendam aos interesses e estejam adequadas às necessidades dos clientes por meio de melhorias nos produtos e serviços, canais e peças de comunicação com clientes, visando manter a relação com clientes e usuários pautada em bases justas e equitativas, conforme seus perfis de relacionamento e vulnerabilidade associadas.

Social, Ambiental e Climático (RSAC): O Banco Mercantil apoia apenas atividades cuja avaliação aponte para riscos baixos ou devidamente controlados por meio de ações preventivas e mitigatórias. As fontes de riscos sociais, ambientais e climáticas identificadas são continuamente monitoradas, controladas e reportadas, assegurando sua baixa exposição.

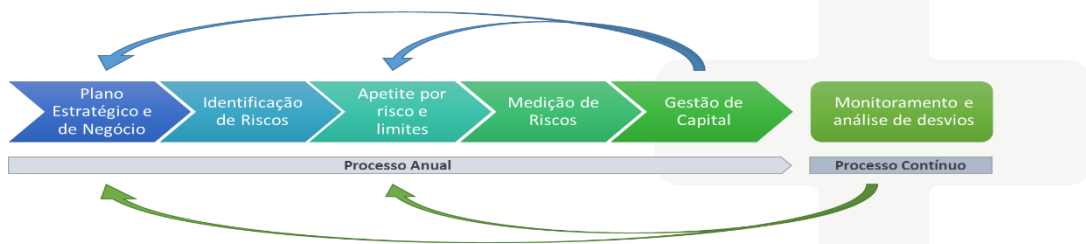
4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

4.1. Governança

A Resolução nº 4.557/2017 do CMN, alterada posteriormente pela Resolução 4.745/2019 promoveram o aprimoramento dos requisitos de gestão, estabelecendo maior alinhamento da regulação doméstica às recomendações internacionais. Nas resoluções, a Governança Corporativa recebeu destaque como fator relevante para a solidez do mercado financeiro e atribuiu responsabilidades aos órgãos estratégicos como, por exemplo, o Conselho de Administração e os Comitês de Riscos e Auditoria.

Governança Corporativa pode ser entendida como o sistema pelo qual as Instituições são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes relacionadas, contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

A Governança Corporativa do Banco Mercantil conta com a participação de todos os seus níveis hierárquicos, prezando pela segregação de funções, ao mesmo tempo em que buscam proporcionar sinergia entre as unidades. A Governança determina, por meio da estrutura de gerenciamento dos Riscos e de Capital, os papéis e responsabilidades para a definição do Apetite por Risco, sua forma de acompanhamento e controle.



Tudo isso, tendo por finalidade otimizar o desempenho da Instituição e proteger as partes interessadas, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor para Instituição e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento e prestação de contas. Este arcabouço atende as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O Banco Mercantil tem em seu modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, em que o gerenciamento dos Riscos e do Capital são constantemente monitorados pela Estrutura Corporativa de Comitês, sendo devidamente suportada pela estrutura de gerenciamento integrado de Riscos e de Capital, bem como demais áreas envolvidas na gestão da estratégia e do desempenho.

ESTRUTURA DE COMITÊS

- o Comitês corporativos, **estatutários** e **não estatutários**
- o Subordinados ao **Conselho de Administração**
- o Compostos pelos **gestores** e **Alta Administração**
- o Governança estabelecida mediante **decisões colegiadas**, garantido o **alinhamento** com os **objetivos estratégicos**

Estratégicos

- **Comitê de Riscos**
 - Subcomitês
 - Ativos e Passivos (ALCO)
 - ESG
 - Apreçamento de Instrumentos Financeiros
 - Precificação
- **Comitê de Condutas Éticas**
 - Subcomitê de Investigação Corporativa
- **Comitê de Política de Crédito**
- **Comitê de Projetos**
 - Subcomitê Gestão de Mudanças
- **Comitê de Produtos e *Suitability***

Táticos

- **Comitê de PLD-CFT**
- **Comitê de *Compliance*, Controles Internos e Gestão de Perdas**
- **Comitê de Clientes**
- **Comitê de TI**
 - Subcomitê Gestão de Mudanças de TI
 - Subcomitê Governança de Dados
- **Comitê de Desempenho e Pessoas**
- **Comitê de Crédito**
 - Superior
 - Área
- **Comitê de Causas Raízes**

Estatutários

- **Comitê de Auditoria** (*composto por membros independentes*)
- **Comitê de Remuneração**

Extraordinário

- **Comitê de Crise**

Nesta estrutura, destacam-se os Comitê de Riscos, subordinando os Subcomitês de Ativos e Passivos (ALCO), ESG, Precificação e de Apreçamento de Instrumentos Financeiros, e o Comitê de Auditoria, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos Riscos e Capital da Instituição e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos. Ambos assessoram o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições e na gestão e controle dos riscos, do Capital, controles internos e *compliance*.

A adoção de uma visão holística de Governança, Riscos, Capital e Compliance, tem como principais premissas i) o uso de princípios comuns através de uma estrutura abrangente que suporte a interligação dos processos; ii) a convergência para um modelo de trabalho otimizado, que evite gastos com controles redundantes, com conflitos na tomada de decisão e facilite o alinhamento estratégicos dos negócios e enfrentamento dos desafios corporativos; iii) capacidade de identificar e gerenciar riscos com maior rapidez; iv) promoção de maior sinergia no gerenciamento dos riscos e maior integração com a estratégia da Instituição.

4.2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital se dá através do processo contínuo de (i) monitoramento e controle do Capital mantido pela instituição, (ii) avaliação da necessidade de Capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, e (iii) planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco Mercantil está em conformidade com a legislação vigente, sendo:

- i. Compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, serviços oferecidos, das atividades e processos da Instituição;
- ii. Proporcional à a dimensão e à relevância da exposição a riscos;
- iii. Adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição – que de acordo com a Resolução CMN nº 4.553/2017 o Banco Mercantil enquadra-se no segmento S3;

- iv. Capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos. A Instituição possui ainda os seguintes instrumentos que contribuem para o gerenciamento contínuo do capital:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do capital que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, Nível I e Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento do capital;
- Avaliação dos impactos no Capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de Capital;
- Plano de Contingência de Capital;
- Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da Instituição, Comitê de Riscos e Conselho de Administração.

No contexto do Gerenciamento de Capital, é elaborado o Plano de Capital e tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital.

Compreendendo:

- Metas e projeções de Capital para o período de 5 anos;
- Principais fontes de Capital disponíveis;
- Política de Distribuição de Resultados.

Para a elaboração das projeções plurianuais, são considerados:

- i. Ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios traduzidos nas projeções das operações de crédito;
- ii. Projeções dos valores de ativos e passivos, bem como das receitas e despesas;
- iii. Metas de crescimento ou participação no mercado;
- iv. Política de Distribuição de resultados;
- v. Os termos da RAS – Declaração de Apetite ao Risco.

4.2.1. Apuração do Requerimento Mínimo de Capital

A apuração do requerimento mínimo de capital é feita por meio de procedimentos independentes para cada conceito de Capital (Capital Principal, Nível I e PR). O Banco Mercantil adota, como indicadores do grau de capitalização, os Índices do PR, Nível I e Capital Principal, correspondentes aos requerimentos mínimos de Capital implantados pelas regras de Basileia III. Para cada índice, considera-se a relação entre o Capital disponível em cada nível e a exposição dos ativos ponderada ao risco, conforme fórmula geral:

$$\text{Índice PR} = \text{PR} / \text{RWA} * 100$$

O PR (Patrimônio de Referência) é composto do Nível I – o qual consiste do somatório do Capital Principal e Capital Complementar – e Nível II. A exposição ao risco, ou ativos ponderados pelo risco (RWA), dispõe-se em três parcelas conforme sua natureza:



A metodologia de cálculo adotada para cada parcela atende às respectivas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil, descritas nas Políticas Institucionais de Gerenciamento do Risco de Crédito, do Risco de Mercado e do Risco Operacional.

A Instituição mantém ainda capital disponível para perdas não esperadas, que corresponde à parcela adicional (IRRBB) para cobertura de risco de mercado (variação

nas taxas de juros) das operações classificadas na Carteira Banking – relativa à ativos estruturais (carteira de crédito) não disponíveis para venda ou negociação.

O valor da parcela IRRBB deverá ser necessariamente menor que a diferença entre o valor do PR (Patrimônio de Referência) e o valor do Requerimento Mínimo para RWA (Ativos Ponderados pelo Risco).

Tabela OV1 - Visão geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA:

R\$ mil	RWA		Requerimento mínimo de PR ⁽³⁾
	a	b	c
	Dezembro-25	Setembro-25	Dezembro-25
0 Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	16.925.922	15.932.550	1.354.074
1 Risco de crédito em sentido estrito ⁽¹⁾	16.909.911	15.854.745	1.352.793
2 Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	-	-	-
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	-	59.999	-
7 Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
7a Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: outros	-	59.999	-
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16 Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	16.011	17.805	1.281
20 Risco de mercado⁽²⁾	38.981	24.985	3.118
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	38.981	24.985	3.118
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	-	-	-
24 Risco operacional	2.001.459	2.001.459	160.117
1 Risco de Pagamentos	-	-	-
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	-	-
29 Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)	18.966.362	17.958.994	1.517.309

Além dos indicadores, são calculadas as respectivas Margens de Capital para cada nível, as quais representam o capital disponível após a aplicação de todas as regras para cálculo do requerimento.

As projeções de Capital, constantes do Plano de Capital, são realizadas a partir da expectativa de crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), em relação à

evolução dos níveis de capitalização, PR – Patrimônio de Referência, seja ela “orgânica” – por meio dos resultados projetados – ou por demais fontes de Capital disponíveis.

A tabela KM1 a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar e razão de alavancagem.

Tabela KM1 - Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

R\$ mil	a	b	c	d	e
	dez-25	set-25	jun-25	mar-25	dez-24
Capital regulamentar - valores					
1 Capital Principal	1.864.937	2.291.259	2.100.075	1.959.939	1.897.838
1a Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.	1.582.070	2.008.392	1.817.207	1.677.071	-
2 Nível I	2.126.814	2.496.574	2.299.686	2.145.194	2.026.350
2a Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.843.947	2.213.706	2.016.819	1.862.327	-
3 Patrimônio de Referência - PR	2.566.563	2.889.944	2.707.429	2.550.211	2.471.431
3a Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.843.947	2.213.706	2.016.819	1.862.327	-
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1 Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	162.947	240.193	-
3c Destaque do PR	1.843.947	2.213.706	2.016.819	1.862.327	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
4 RWA total	18.966.362	17.958.994	15.850.500	15.527.482	13.680.081
4b RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	18.683.494	17.676.127	15.567.632	15.244.615	-
Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal - ICP	9,83%	12,76%	13,25%	12,62%	13,87%
5a Índice de Capital Principal (ICP) considerando: Numerador: corresponde à linha 1a Denominador: corresponde à linha 4b	8,47%	11,36%	11,67%	11,00%	0,00%
6 Índice de Nível 1	11,21%	13,90%	14,51%	13,82%	14,81%
6a Índice de Nível 1, considerando: Numerador: corresponde à linha 2a - Denominador: corresponde à linha 4b	9,72%	12,33%	12,72%	12,22%	-
7 Índice de Basileia	13,53%	16,09%	17,08%	16,42%	18,07%
7a Índice de Basileia, considerando: Numerador: corresponde à linha 3a Denominador: corresponde à linha 4b	9,87%	12,52%	12,96%	12,22%	0,00%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 ACPConservação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
9 ACPCContracíclico	-	-	-	-	-
10 ACPSistêmico	-	-	-	-	-
11 ACP total	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
12 Margem excedente de Capital Principal	2,83%	5,76%	6,25%	5,62%	6,87%
12a Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	1,34%	4,18%	4,46%	3,80%	0,00%
Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	35.078.853	33.142.123	32.106.844	29.513.991	27.088.784
13a Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	34.833.913	32.908.392	31.919.247	29.231.124	-
14 RA	7,40%	7,53%	7,16%	7,26%	7,48%

4.2.2. Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748/2015 do Banco Central. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo desconsidera fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações.

Tabela LR1 - Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA):

		R\$ mil
		a
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	30.585.912
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	- 708.001
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	29.877.910
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	20.252
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	5.201.721
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	1.093.775
7	Outros ajustes	-
8	Exposição Total	36.193.658

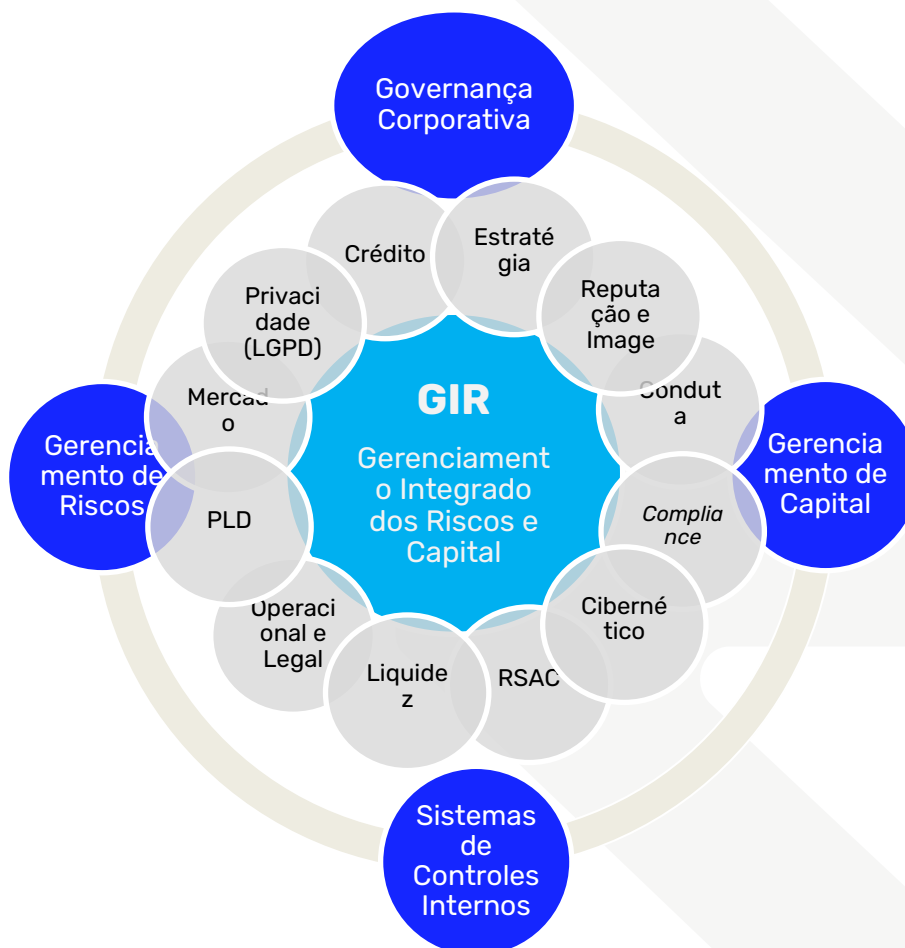
R\$ mil	Dez-25	Set-25
Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial		
1	30.585.912	27.688.593
2	708.001	240.152
3	31.293.913	27.928.745
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
4	-	-
5	20.252	48.572
7	-	-
8	-	-
9	-	-
10	-	-
11	20.252	48.572
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
12	5.201.721	4.523.467
13	-	-
14	-	59.999
15	-	-
16	5.201.721	4.583.467
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
17	1.093.775	1.061.643
18	-	-
19	1.093.775	1.061.643
Capital e Exposição Total		
20	2.126.814	2.496.574
21	36.193.658	33.142.123
Razão de Alavancagem (RA)		
22	5,88%	7,53%

4.2.3. Suficiência de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada para assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. O gerenciamento do Capital está alinhado às diretrizes estratégicas e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atua. A suficiência de capital da Instituição é demonstrada mediante a apuração dos Índices de Basileia para os períodos futuros, a fim de suportar o crescimento dos negócios.

4.3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A Instituição adota uma abordagem integrada para gerenciamento de Riscos e Capital, que tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são independência da função de riscos em relação a área de negócios e total envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão.



A gestão dos Riscos considera tanto os riscos endógenos quanto os exógenos (fornecedores e prestadores de serviços, por exemplo), com avaliações dinâmicas sob uma ótica predominante de antecipação, a fim de estimar e atuar na evolução dos riscos em diferentes cenários e horizonte temporal, de forma preventiva.

Isto é feito por meio de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração, a consolidação e análise dos valores em risco. Para tanto, a atuação da Instituição é realizada por meio de três Linhas de Defesa, de forma que todos contribuam para assegurar que os objetivos especificados sejam alcançados e para minimizar o risco de erros e exposição a vulnerabilidades.

A Primeira Linha de Defesa é constituída pelos gestores e áreas técnicas responsáveis pela entrega de produtos e serviços aos clientes e pela operacionalização dos processos, atuando de forma constante no monitoramento e proposição de controles adequados para gestão de seus próprios riscos.

As funções da Segunda Linha de Defesa são executadas de forma coesa e coordenada pelas áreas de gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e segurança da informação que, juntamente a Comitês especialistas, atuam na gestão dos riscos, da conformidade e de controles da Instituição, permitindo o acompanhamento e avaliação das atividades, além de recomendações necessárias à primeira linha.

Já a Terceira Linha de Defesa, constituída pela Auditoria Interna, atua de forma independente provendo avaliações e assessoria sobre a adequação e a eficácia da governança corporativa e do gerenciamento da conformidade, de riscos e de controles internos, realizando testes de controles a fim de garantir a efetividade da atuação das demais linhas no alcance dos seus objetivos.

Compõem a Estrutura de Gerenciamento de Riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes aos quais o Banco Mercantil está exposto, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

Os modelos de Gerenciamento de Riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento da Alta Administração e áreas envolvidas.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de Riscos são divulgados, conforme sua natureza e periodicidade, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão do Comitês de Riscos e Executivo na condução dos negócios da Instituição.

4.4. Programa de Teste de Estresse

O Programa de Testes de Estresse do Banco Mercantil está alinhado à estratégia de negócios e segue as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos e pela Diretoria. O Programa de Testes de Estresse identifica e reconhece o inter-relacionamento dos diversos tipos de riscos, abrangendo os riscos aos quais a Instituição está exposta de maneira relevante.

Os resultados obtidos com a realização dos testes de estresse são utilizados na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da Instituição e incorporados:

- Nas decisões estratégicas da Instituição;
- Na revisão dos níveis de apetite por riscos (RAS);
- Na revisão das Políticas, estratégias e limites estabelecidos para gerenciamento de riscos e capital;
- Na avaliação dos níveis de capital e de liquidez da Instituição e na elaboração dos respectivos planos de contingência;
- Na avaliação da adequação de capital.

Considerando que um único modelo não é capaz de demonstrar os diferentes riscos a que o Banco Mercantil estaria exposto, foram desenvolvidas duas abordagens de teste de estresse: Análise de Cenário e Análise de Sensibilidade.

A **análise de sensibilidade** demonstra qual o impacto no nível de capitalização ou liquidez da Instituição dada a variação de um componente, considerando-se todos os demais itens constantes, em uma data base.

A **análise de cenário** considera o impacto de uma alteração nas condições econômicas no desempenho da Instituição. Aplica-se a análise de cenários nas projeções orçamentárias anuais, alterando-se um ou mais parâmetros como taxas de juros e inadimplência, e mantendo-se as demais premissas definidas originalmente.

As análises de cenários são geradas trimestralmente a partir de variações em certos parâmetros econômico-financeiros a fim de calcular seu impacto nos níveis de Capital, Liquidez e Rentabilidade. Dentre tais parâmetros, podemos citar o nível de inadimplência e cenários adversos na curva de juros. O orçamento corrente é reprojetoado então para cada cenário, sensibilizando o resultado e os índices de capital.

4.5. Comunicação Estruturada de Informações

A gestão efetiva de Riscos e Capital se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre importância do seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Este processo de comunicação tem início com a incorporação do apetite ao processo orçamentário anual, base para o monitoramento dos mesmos, e tem continuidade no desdobramento em relatórios de controle de Riscos e de Capital junto às áreas responsáveis.

No Banco Mercantil as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da Instituição. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão de encontro ao que a empresa prega. A Instituição tem como prática a comunicação de informações sobre Riscos e Capital por meio de reportes com periodicidades específicas aos envolvidos nos processos e a Alta Administração, o que reforça o monitoramento tempestivo das informações que subsidiam as decisões corporativas.

4.5.1. Cultura de Riscos

Visando a fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Banco Mercantil com as diretrizes estabelecidas para gerenciamento de Riscos, a Instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer a Cultura de Risco, que é baseada em quatro princípios: a tomada consciente de Riscos, a discussão e a ação sobre os

Riscos e a responsabilidade de todos pela gestão dos Riscos. Complementarmente às Políticas, procedimentos e processos de gerenciamento de Riscos, a Cultura de Riscos fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores no entendimento, identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às suas atividades, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

A Instituição promove a Cultura de Riscos, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da Instituição a assumir e gerenciar os riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos de suas atividades.

O Banco Mercantil também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam prejudicar os clientes ou ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição. Todos os colaboradores e terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

4.6. Comitê de Crise

A figura do Comitê de Crise constitui uma ferramenta consolidada no âmbito da gestão de eventos adversos no Banco Mercantil. O processo ordenado de identificação de potenciais crises é uma rotina incorporada à gestão dos riscos na Instituição.

O Comitê de Crise centraliza o diagnóstico, o entendimento da situação e sincroniza as ações a serem executadas. Cabe ao Comitê a responsabilidade pela proposição e pelo gerenciamento de ações tempestivas para equacionar situações adversas. Estabelece ainda, ações para a manutenção da continuidade das demais operações não afetadas pela crise e promove reuniões frequentes até que seja restabelecida a situação de normalidade.

5. Riscos: Processos, Mensuração e Controle

A gestão dos Riscos no Banco Mercantil está subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, cabendo responsabilidades, também, ao Conselho de Administração, aos Comitês de Auditoria, Diretivo e de Riscos.

CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

5.1. Risco de Crédito

De acordo com a Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/2019, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

No Banco Mercantil, o Risco de Crédito é gerenciado por políticas, processos, procedimentos e sistemas condizentes com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. Sendo assim, a estrutura implementada é proporcional à dimensão da exposição ao risco da instituição, permitindo embasar decisões com grande agilidade e adequado grau de confiança.

5.1.1. Controle e Acompanhamento

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente, adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira, patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Conglomerado é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos, estando todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Banco Mercantil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, do seus níveis de inadimplência, da rentabilidade dos produtos, da qualidade da carteira e da adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Banco Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Instituição tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Anualmente, a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito é revisada e submetida à aprovação pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação vigente. A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

5.1.2. Provisão para Perda Esperada – IFRS9

O Banco Mercantil, em conformidade com as demonstrações financeiras no padrão contábil internacional IFRS9, desenvolveu metodologia própria para cálculo da perda esperada, utilizando técnicas estatísticas robustas e aderentes à carteira de crédito.

Este modelo passa por diversos testes de significância e capacidade explicativa para previsão do percentual de perda dos contratos de crédito, bem como por inspeções de auditores interno e externo, garantindo que a estimativa de perda está condizente com o perfil de risco da carteira da instituição.

5.1.3. Limite de Exposição por Cliente – LEC

Os Limites de Exposição por Cliente (LEC), determinados pela Resolução CMN nº 4.677/2018, são estabelecidos para impedir que haja concentração excessiva do volume de concessões em um único Cliente, ou Grupo Econômico, em relação à Carteira de Crédito da Instituição. A principal finalidade de restringir a exposição individual é evitar que mudanças nas condições de um número pequeno de Clientes influenciem significativamente na solvência do Banco Mercantil.

Para que os limites operacionais estabelecidos sejam atendidos, o Banco Mercantil conta com alertas e travas automáticas no processo de concessão que são acionadas quando um percentual específico de concentração é atingido.

5.1.4. Detalhamento das Exposições do Risco de Crédito

Abaixo, são detalhadas a qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Tabela CR1 - Qualidade creditícia das exposições:

Dez-25	a	b	c	d	f	g
R\$ mil	Exposições caracteriza das como ativos problematico	Exposições não caracteriza das como ativos problematicos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRR	Valor líquido (a+b-c)
1 Concessão de Crédito	884.910	27.592.204	1.001.680	-	-	27.475.434
2 Títulos de Dívida	-	1.678.668	5.816	-	-	1.672.851
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	1.344.619	-	-	-	1.344.619
2b dos quais: outros títulos	-	334.049	5.816	-	-	328.232
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	4.610	426.675	966	-	-	430.319
4 Total (1+2+3)	889.520	29.697.547	1.008.463	-	-	29.578.604

Exposições Brutas são as exposições antes da aplicação dos Fatores de Conversão a Crédito (FCC) e antes da dedução de sua provisão (PDD), sendo que uma operação é considerada em Curso Anormal quando seu atraso é superior a 90 dias.

Mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela acima, são detalhadas na tabela CR2.

Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal:

		R\$ mil
Movimento		Valor
1	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	904.164
2	Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	210.991
3	Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	-
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	-
5	Outros ajustes	47.435
6	Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	889.520

Adicionalmente, informações sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1, são demonstradas nas tabelas CRB de "a" – "e".

Tabelas CRBa - Detalhamento do total das exposições por região geográfica, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento:

		Dez-25 R\$ mil
Detalhamento do Total das Exposições por Região Geográfica no Brasil		
Sudeste		26.647.860
Nordeste		528.979
Centro-Oeste		2.259.415
Sul		109.361
Norte		32.990
Total Geral		29.578.604

		Dez-25 R\$ mil
Detalhamento do Total das Exposições por Região Geográfica no Brasil		
Sudeste		26.647.860
Nordeste		528.979
Centro-Oeste		2.259.415
Sul		109.361
Norte		32.990
Total Geral		29.578.604

R\$ mil

Detalhamento do Total das Exposições por Setor Econômico	
Pessoa Física	22.813.979
Pessoa Jurídica	6.764.626
Atividades Financeiras, de Seguro e Serviços relacionados	5.892.704
Prestação de Serviços	273.104
Construção Civil	224.399
Biocombustíveis e Açúcar	93.358
Transporte de Carga e Logística	67.699
Comunicação	40.289
Transporte de Passageiros, exceto Aviação Civil	34.884
Distribuição de Combustíveis	30.580
Alimentos	29.147
Educação	17.028
Entretenimento, Esporte e Cultura	13.523
Automobilístico	11.720
Bebidas	10.956
Materiais de Construção	9.764
Outros	15.473
Total Geral	29.578.604

R\$ mil

Detalhamento do Total das Exposições por Prazo Remanescente de Vencimento	
Até 6 meses	4.476.211
Acima de 6 meses até 1 ano	1.344.001
Acima de 1 ano até 5 anos	8.819.301
Acima de 5 anos	14.939.091
Total Geral	29.578.604

Tabelas CRBb - Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil e por setor econômico:

R\$ mil

Operações em Curso Anormal Segregado por Região Geográfica no Brasil	Exposição (Valor Bruto)	Provisão	Baixa para Prejuízo
Centro-Oeste	65.556	36.729	10.983
Nordeste	86.758	67.044	10.101
Norte	8.365	7.183	1.050
Sudeste	628.567	393.252	141.834
Sul	100.274	25.819	1.287
Total Geral	889.520	530.027	165.256

			R\$ mil
Operações em Curso Anormal Segregado por Setor Econômico	Exposição (Valor Bruto)	Provisão	Baixa para Prejuízo
Pessoa Física	725.840	455.853	164.658
Pessoa Jurídica	163.680	74.174	598
Biocombustíveis e Açúcar	74.457	6.691	-
Construção Cível	43.232	43.202	-
Prestação de Serviços	14.468	9.117	-
Entretenimento, Esporte e Cultura	10.959	6.000	3
Transporte de Carga e Logística	5.414	4.458	3
Transporte de Passageiros, exceto Aviação Civil	5.314	1.361	-
Comércio Atacadista	1.512	39	341
Alimentos	1.402	751	-
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.357	408	-
Editorial e Gráfica	1.346	927	-
Bovinos	995	7	-
Comunicação	803	183	-
Educação	758	528	-
Bens de Capital	340	157	40
Móveis	312	59	2
Outros	1.009	286	208
Total Geral	889.520	530.027	165.256

Tabela CRBc - Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso:

	R\$ mil
Total das Exposições (Valor Líquido) Segmentadas por Faixas de Atraso	
Atraso menor que 30 dias	150.841
Atraso entre 31 e 90 dias	91.003
Atraso entre 91 e 180 dias	29.475
Atraso entre 181 e 365 dias	30.447
Atraso maior que 365 dias	7.204
Total Geral	308.970

Tabela CRBd - Segregação do total das exposições reestruturadas:

	R\$ mil
Total das Exposições (Valor Líquido) Reestruturadas por Curso das Operações	
Curso Anormal	16.405
Curso Normal	74.844
Total Geral	91.249

Tabela CRBe – Concentração:

Percentual de Concentração das 10 e 100 maiores Exposições	
10 Maiores	2%
100 Maiores	4%

CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

5.2. Risco de Crédito de Contraparte

O Banco Mercantil mantém processos definidos de controle sobre a exposição potencial futura das operações onde existe o risco de crédito de contraparte, representada pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento de obrigações relativas a liquidação de ativos financeiros, instrumentos financeiros de derivativos e operações a liquidar com as contrapartes centrais (CCPs).

Como instrumentos mitigadores o Banco Mercantil utiliza depósitos de margem de garantia, acordos de compensação definidos pela Resolução do CMN 3.263/2005 e outros instrumentos de garantia disponíveis.

A gestão do Risco de Crédito da Contraparte abrange os processos de concessão, monitoramento e consumo de limites concedidos, apurando o valor justo da carteira de derivativos e o valor de reposição acrescido da exposição potencial futura. Para as posições a liquidar com as contrapartes centrais (CCPs) utiliza-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de acordo com a Circular Bacen 3.644/2013.

Atendendo a Circular Bacen 3.904/2018, o Banco Mercantil adotou a abordagem CEM para a apuração do valor da exposição ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros de derivativos.

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

5.3. Exposição de Securitizações

Na posição de investidor, as operações realizadas pelo Conglomerado Mercantil referem-se a operações de aquisição de títulos sêniores, emitidos por veículos de securitização. Neste contexto, as operações são avaliadas conforme perfil de risco dos

ativos subjacentes da carteira detida pelo veículo de securitização, remuneração, alocação de capital, entre outros.

A classificação contábil das operações é realizada de acordo com a intenção da Administração em negociar os títulos.

Na posição de originador, o Banco Mercantil participa de operações estruturadas, com retenção substancial de riscos e benefícios, através da cessão de crédito da carteira originada pela Instituição. Neste contexto, os ativos subjacentes da estrutura de securitização são mantidos no balanço do Banco, conforme resolução CMN nº 4966/2021.

MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado

5.4. Risco de Mercado

O Risco de Mercado refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela Instituição.

O gerenciamento desse risco é realizado por meio de metodologias e sistemas alinhados à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição da Instituição. Além disso, considera a dinâmica do mercado nacional e internacional, permitindo a tomada de decisões estratégicas com agilidade e alto grau de confiança. As parcelas exigidas para a cobertura do risco de mercado são calculadas diariamente com base nas posições do Conglomerado Prudencial na data de referência. Isso significa que não são utilizadas estimativas de crescimento de volume, modificações de prazos ou alterações na composição das carteiras. A integração das informações ocorre de forma dinâmica, capturando as mudanças ocorridas no dia. Dessa forma, a posição de fechamento diário é a referência para os cálculos das carteiras Trading e Banking.

Para mitigar grandes variações de preço, o Banco Mercantil utiliza instrumentos de hedge, protegendo as operações financeiras às quais está exposto. A estratégia de hedge visa compensar, total ou parcialmente, os riscos decorrentes das oscilações no

valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos, passivos, compromissos ou transações futuras previstas.

Destaca-se que o Banco Mercantil adota uma gestão ativa dos riscos de mercado, monitorando diariamente as exposições aos diversos fatores de risco e seus possíveis impactos no valor justo dos derivativos. Caso necessário, pode ajustar sua posição para mitigar esses riscos. Além disso, os procedimentos de proteção estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política Institucional de Hedge.

5.4.1. Controle e Acompanhamento

As atribuições e as responsabilidades da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado no Banco Mercantil estão distribuídas entre diferentes comitês e níveis hierárquicos.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado está centralizada na Coordenação de Risco de Mercado, subordinada à Diretoria de Riscos e *Compliance*, abrangendo todas as empresas do Conglomerado Prudencial, resultando em uma estrutura mais enxuta e ágil na tomada de decisões.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado do Banco Mercantil é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, proporcional à dimensão e à relevância da exposição ao risco de mercado da Instituição, e sendo capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e de mercado em que a Instituição atua.

As operações classificadas na carteira de negociação são acompanhadas diariamente pela Coordenação de Risco de Mercado, que informa estas posições avaliadas pelo valor de mercado, periodicamente, ao Subcomitê de Ativos e Passivos - ALCO, Comitê de Riscos e ao diretor responsável pelo gerenciamento do Risco de Mercado - CRO. A Instituição produz relatórios distintos para atender o perfil das áreas demandantes. Tais relatórios retratam todas as fontes relevantes de exposição de acordo com os fatores de risco associados e, também, de forma agregada. Ou seja, as operações são medidas,

monitoradas e controladas por fator de risco e como essas posições se correlacionam entre si.

5.4.2. Carteira Trading

Para o gerenciamento do Risco de Mercado, o Banco Mercantil utiliza uma ferramenta de fornecedor externo, que assegura a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura desse risco decorrente da exposição em taxas de juros, da oscilação cambial, dos preços de ações e de mercadorias (commodities), bem como do risco de inadimplência e da qualidade de crédito da contraparte. De modo geral, a metodologia adotada para mensuração do Risco de Mercado segue o modelo padrão do Banco Central do Brasil.

Tabela MR1 - Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado:

R\$ mil	Dez-25	Set-25	Dez-24
	RWAMPAD	RWAMPAD	RWAMPAD
1 Taxas de juros	5.948	2.663	6.557
1a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	5.914	2.655	6.445
1b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	34	8	112
1c Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-	-	-
1d Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-	-	-
2 Preços de ações (RWAACS)	290	395	3.031
3 Taxas de câmbio (RWACAM)	2.575	2.346	7.265
4 Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	146	123	130
5 RWADRC	30.021,30	19.456,76	0
6 RWACVA	-	-	6.740
9 Total	38.981	24.984	23.723

O Grupo Mercantil apresenta exposições nas seguintes parcelas de risco de mercado: RWAJur1 (prefixada), RWAJur2 (cupom em moeda estrangeira), RWACam (descasamento cambial), RWAACS (ações), RWADRC (risco de default nas posições classificadas como trading) e RWACVA (variação na qualidade creditícia da contraparte).

No comparativo entre o 4T25 e o 3T25, observa-se crescimento o da parcela RWA DRC, decorrente do aumento da exposição em cotas de fundos.

No quarto trimestre, não houve a reclassificação de nenhuma operação específica para a Carteira Bancária ou para a Carteira de Negociação.

IRRBBA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

5.4.3. Carteira *Banking*

Na Carteira Banking, são consideradas todas as operações que representam fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na Carteira de Negociação. Essa carteira é composta por operações estruturais, como tesouraria, crédito, depósitos e captações externas, além de derivativos não classificados como de negociação.

O IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) refere-se à parcela destinada à cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Banking. Esse risco pode ser mensurado por meio de duas métricas distintas: Δ EVE e Δ NII, em conformidade com a regulamentação vigente.

A primeira métrica, o EVE (*Economic Value of Equity*), estima a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento dos instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente desses mesmos fluxos em um cenário de choque nas taxas de juros (stress).

A segunda métrica, o NII (*Net Interest Income*), avalia a diferença entre o resultado da intermediação financeira dos instrumentos em um cenário-base e o resultado da intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de até 12 meses.

Tabela IRRBB1 – Informações quantitativas sobre o IRRBB

R\$ mil	EVE		NII	
	Dez-25	Dez-24	Dez-25	Dez-24
1 Cenário paralelo de alta	275.107	283.347	20.669	201.762
2 Cenário paralelo de baixa	-2	-3	-	-
3 Cenário de aumento das taxas de juros de CP				
4 Cenário de redução das taxas de juros de CP				
5 Cenário Steepener				
6 Cenário Flattenar				
7 Variação Máxima	275.107	283.347	20.669	201.762
	Dez-25		Dez-24	
8 Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.549.931		2.471.431	

5.4.4. Políticas e Estratégias para o Gerenciamento e a Mitigação do IRRBB

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN 4.557/17, Circular Bacen 3.876/18 e Circular Bacen 3.938/19.

O gerenciamento do risco de mercado atua de forma a gerar informação relativa ao tema e, em seus relatórios gerenciais retrata todas as fontes relevantes de exposição de acordo com os fatores de risco associados e, também, de forma agregada. Ou seja, as operações são medidas, monitoradas e controladas por fator de risco e como essas posições se correlacionam entre si.

No que tange os limites relacionados a gestão do IRRBB, pode-se destacar o monitoramento diário da suficiente de capital para cobrir as métricas do Δ EVE e Δ NII.

O Banco Mercantil faz, quando oportuno, uso do instrumento de hedge com o intuito de proteger uma determinada exposição de variações bruscas de preços. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Não há, nessa estratégia, intenção de gerar resultado (trade) dessas oscilações.

Desta forma, monitora-se o nível de exposição a risco de mercado por book e, caso alguma exposição não esteja adequada ao nível aceitável de tolerância ao risco, poderá o Subcomitê de Ativos e Passivo – ALCO propor a realização de hedge, que deverá ser submetido e aprovado pelo Comitê de Riscos.

O cálculo de mensuração de riscos para o IRRBB é realizado e reportado diariamente pela Coordenação de Risco de Mercado.

As métricas utilizadas são o Δ EVE e Δ NII, sendo que o Δ EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (stress).

Quanto ao Δ NII, consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

5.4.5. Descrição dos Cenários de Choque e de Estresse de Taxas de Juros

O Banco Mercantil adota os seguintes cenários de choques padronizados, conforme Circular Bacen 3.938/19:

- I – Choque paralelo de alta, que consiste no aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- II – Choque paralelo de baixa, que na redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo.

As prerrogativas e particularidades utilizadas na mensuração do IRRBB estão em conformidade com o modelo padronizados descritos na legislação vigente (Resolução

CMN 4.557/17, Circular Bacen 3.876/18 e Circular Bacen 3.938/19). Ou seja, não há nenhuma premissa distinta da modelagem padronizada citada anteriormente.

5.4.6. Hedge de Exposições ao IRRBB

Em suma a finalidade do hedge é reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa e a exposição a determinados fatores de riscos, com o objetivo de garantir a capacidade de resiliência da Instituição. A estratégia de hedge leva em consideração a tolerância à exposição a cada fator de risco estipulado pela Alta Administração, os limites operacionais regulamentados pelo Banco Central do Brasil, bem como o binômio custo x benefício.

Em razão das altas volatilidades do comportamento das taxas de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento gerado pela moeda estrangeira via mercado futuro.

O Banco Mercantil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, que é utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade. Sendo possível reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado contábil do exercício.

Em linhas gerais, a Instituição possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

5.4.7. Premissas Relevantes da Modelagem para a Parametrização no Cálculo do Δ EVE e do Δ NII

Pode-se citar as premissas utilizadas para mensuração do Δ EVE e do Δ NII:

Nas curvas de mercado, utilizadas para a marcação a mercados dos fluxos de caixa, foram incluídos os spreads de crédito, segregados por produtos com mesma similaridade, a fim de evitar possíveis distorções de análise, considerando as principais linhas de negócios da Instituição

O Banco Mercantil realizou um estudo estatístico que demonstrou que a aplicação do pré-pagamento com opcionalidade comportamental para fins de cálculo do Delta EVE na apuração de capital para a parcela IRRBB, considerando a metodologia padronizada do Banco Central do Brasil, não apresenta relevância necessária para justificar a complexidade exigida no processo.

No que tange a taxa de resgate (TDRR), que incide sobre as operações passivas pré-fixadas (captações), cabe destacar que por não possuírem cláusula de liquidez, ou seja, não há possibilidade de resgate antecipado, as opcionalidades não são aplicáveis.

Diante disso, a alocação de capital para o IRRBB no Banco Mercantil utiliza, a metodologia padronizada definida pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com as Circulares 3.876/18 e 3.938/19, não levando em consideração o tratamento de opcionalidades comportamentais.

5.4.8. Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos existentes na Instituição, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos aos quais julga-se necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

O Banco Mercantil posiciona-se no mercado de futuros de taxas de juros com o objetivo de proteger, parcialmente, seus ativos de crédito. Nesse contexto, o instrumento é classificado como *Hedge Accounting*, uma estratégia utilizada na gestão e proteção de riscos financeiros, seguindo regras específicas de contabilidade. Esse mecanismo permite reduzir — e, em alguns casos, até mesmo eliminar — a instabilidade no resultado contábil do exercício.

O total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos é apresentado na tabela a seguir.

Tabela OPD - Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos:

R\$ mil Carteira	Fator de Risco	Mercado	Dez-25		Set-25		Dez-24	
			Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
<i>Derivativos</i>	Taxa de Juros	Bolsa	-	10.664.870	-	8.001.484	-	4.190.810
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Taxa de Câmbio	Bolsa	-	1.911	-	107	-	3.119
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Mini Índice Bovespa	Bolsa	-	132	-	177	1.363	-
		Balcão	-	-	-	-	-	-
	Futuro de Cupom IPCA	Bolsa	-	-	-	-	30.630	-
		Balcão	-	-	-	-	-	-

Ressalta-se, ainda, que o Banco Mercantil adota uma gestão ativa dos riscos de mercado, monitorando diariamente as exposições aos diversos fatores de risco e seus possíveis impactos no valor justo de seus derivativos. Caso necessário, essa análise pode indicar a necessidade de ajustes na posição para mitigar os riscos.

Além disso, os procedimentos de proteção estão alinhados às diretrizes estabelecidas na Política Institucional de Hedge.

LIQA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

5.5. Risco de Liquidez

Por Risco de Liquidez, entende-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O gerenciamento do risco de liquidez considera todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Com foco de atuação voltado para o varejo, o Banco Mercantil tem como diretriz estratégica a pulverização da captação de recursos, originada pela rede de agências e pontos de atendimento, além dos canais eletrônicos disponíveis como o aplicativo e plataformas terceiras de captação, tornando o perfil da carteira pulverizado, estável, de menor custo e menos suscetível à volatilidade. É parte das diretrizes comerciais o crescimento e manutenção, através de novas operações e renovações, das operações de captação, garantindo a autossuficiência do *funding* em relação à carteira de crédito.

Com o objetivo de diversificação e redução dos custos de captação, novas fontes são constantemente inseridas ao portfólio do Banco Mercantil, seja por meio de novos produtos, novos canais, operações estruturadas ou acordos bilaterais. Uma prática que garante menor dependência de fontes tradicionais, de acordo com as condições mercadológicas ou do cenário econômico vigente, em sinergia com as diretrizes estratégicas da Instituição.

5.5.1. Controle e Acompanhamento

Diariamente é feito o acompanhamento detalhado dos movimentos de entrada e saída das operações de crédito e depósitos, sendo estes últimos analisados também de acordo com a concentração (saldo do cliente), vencimentos, renovações, recompras e as novas captações. Além disso, há um monitoramento diário do saldo do Caixa e das principais variáveis que o compõe. Paralelamente, a Instituição realiza o controle do descasamento entre ativos e passivos, considerando os prazos das operações, moedas e indexadores.

O Banco Mercantil estabeleceu limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelos índices **Liquidity Coverage Ratio** (LCR) e **Net Stable Funding Ratio** (NSFR).

O LCR é um índice de liquidez de curto prazo que demonstra a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

Para compor os Ativos Líquidos consideram-se integralmente o valor dos títulos públicos livres, das operações compromissadas (posição bancada) e das disponibilidades e 75% da carteira de crédito passível de cessão e/ou elegível a garantia no FGC. Os fluxos de saídas consideram condições adversas que impliquem redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e outras saídas de caixa previstas.

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários (TVMs); e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

O NSFR é um indicador de liquidez de longo prazo e procura capturar aspectos estruturais de captação, verificando se o Banco a financia suas atividades com fontes de captação estáveis e de alta qualidade. O objetivo do indicador é desincentivar a dependência excessiva por captações de atacado e de curto prazo, promovendo maior estabilidade e diversificação da estrutura de captação. A metodologia de apuração do NSFR segue modelo padronizado pelo Bacen, e o resultado do índice deve ser maior ou igual a 100%.

A Instituição realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de crédito e *funding*, recebimentos antecipados de operações de crédito, vencimentos e recompras de captações e TVMs. Além disso, são considerados as projeções orçamentárias de crescimento das operações de crédito, *funding*, despesas administrativas e receitas de prestação de serviços. A projeção do fluxo de caixa contempla também cenários de

estresse de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos, que permitem a simulação de potenciais adversidades que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

5.5.2. Comunicação Interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Monitoramento diário dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da Gerência de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e projeções futuras das operações de crédito e depósitos;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Projeções mensais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

5.5.3. Plano de Contingência de Liquidez

O grupo Banco Mercantil dispõe também de um Plano de Contingência de Liquidez, contendo as responsabilidades e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento em tempo hábil, considerando os potenciais problemas identificados como situações de estresse. Caso haja indicação de que os limites operacionais mínimos da Caixa serão extrapolados, o Plano de Contingência de Liquidez é acionado, demandando uma maior atenção das áreas responsáveis pelos níveis de solvência da Instituição.

5.6. Risco de Segurança Cibernética

Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos que possam comprometer a confidencialidade, a integridade e/ou a disponibilidade dos processos, ativos e/ou infraestrutura críticos da Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco de segurança cibernética tem como objetivo assegurar uma governança compatível com o porte, perfil de risco e modelo de negócio da Instituição, para que os ativos e infraestrutura crítica de TI sejam capazes de resistir a ataques cibernéticos. Tal estrutura é adotada de maneira corporativa e envolve diversas áreas da Instituição, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente no controle e mitigação destes riscos, permitindo que sejam identificados, mensurados, tratados e comunicados, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Para garantir o gerenciamento adequado do risco de segurança cibernética, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética:

- **Confidencialidade:** Garantia de que a informação não será acessada ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados.
- **Integridade:** Garantia de que a informação não sofreu alteração indevida, assegurando a salvaguarda da exatidão e completeza da informação.
- **Disponibilidade:** Garantia de que a informação estará acessível aos colaboradores autorizados sempre que necessário.

5.6.1. Definição de Relevância

- Entende-se como informações relevantes, qualquer informação que contenha dados pessoais (informação relacionada a pessoa física ou jurídica identificada ou identificável) e/ou dados pessoais sensíveis (dado genético ou biométrico) de clientes de quaisquer empresas financeiras do grupo Banco Mercantil.
- Define-se como serviços relevantes, os serviços prestados por terceiros que armazenam ou processam dados relevantes.
- Classifica-se como incidente relevante, todo os incidentes que envolvem informações e/ou serviços relevantes.

5.6.2. Comunicação dos incidentes relevantes

Conforme determinado pela Resolução CMN no. 4.658, as empresas financeiras do Conglomerado Banco Mercantil devem comunicar ao Banco Central do Brasil a ocorrência de incidentes cibernéticos classificados como relevantes, bem como demais incidentes que o Comitê de TI possa entender como significativo de forma a afetar suas atividades em todo território nacional.

A deliberação e categorização dos incidentes deverá ser realizada pelo Comitê de TI através de atas, ocorrendo de forma extraordinária ou através das reuniões regulares.

A comunicação dos incidentes classificados como relevantes deve ser realizada através do SISCOM WEB disponibilizado pelo Banco Central do Brasil e será feita exclusivamente pelo Diretor responsável pela Segurança Cibernética, contemplando todas as informações existentes sobre o referido incidente.

5.6.3. Compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes

As iniciativas para compartilhamento de informações sobre os incidentes relevantes, são mencionados no inciso III do art. 20 da Resolução Banco Central do Brasil CMN nº 4.658/18, em que as empresas financeiras do grupo Banco Mercantil autorizadas a funcionar devem:

- Comunicar tempestivamente ao Banco Central do Brasil e as demais empresas do sistema financeiro nacional as ocorrências de incidentes relevantes e das interrupções dos serviços relevantes, que configurem uma situação de crise pela instituição financeira, bem como das providências para o reinício das suas atividades.
- O processo de registro, análise da causa, impacto e controles de incidentes relevantes é regida por procedimento específico que definem as ações próprias. Esse procedimento como título – “Plano de Resposta a Incidente de Segurança Cibernética”, pode ser consultada na Política de Segurança da Informação.
- As informações antes de serem oficialmente compartilhadas, devem ser submetidas ao Diretor responsável pela Segurança Cibernética.

5.6.4. Controle e Acompanhamento

Para garantir a utilização adequada dos serviços oferecidos por terceiros às empresas do grupo Banco Mercantil, o Diretor responsável pela Segurança Cibernética e as demais áreas envolvidas se reservam ao direito de realizar auditorias internas e externas, bem como o monitoramento em todos os ativos e serviços de tecnologia da informação, em qualquer tempo, sem a necessidade de aviso prévio ao prestador.

Os mecanismos de acompanhamento e de controle serão realizados de forma automatizada sempre que possível, através de softwares especialistas com vistas a assegurar a implementação e a efetividade da Política de Segurança Cibernética, do Plano de Ação e de resposta a incidentes. O processo de monitoramento contínuo do ambiente irá garantir a manutenção dos controles para a identificação de vulnerabilidades quando da ocorrência de incidentes.

5.6.5. Comunicação Interna

Um dos pontos mais importantes para proteção da informação é a disseminação da cultura de Segurança Cibernética e da Informação e, por esse motivo, o Banco Mercantil implementa um programa de capacitação e avaliação, divulgando as políticas de segurança da informação a todos os seus colaboradores e também para o público em geral.

As abordagens deverão ser realizadas através de campanhas onde estão autorizados os formatos de *phishing*, *smishing*, *vishing*, *webinar*, vídeos de conscientização, apresentações, elaboração de materiais gráficos e dicas rápidas.

Para garantir a efetividade das campanhas, as mesmas devem desenvolver mecanismos capazes de mensurar: áreas mais vulneráveis; detalhamento das áreas e usuários que foram vítimas por campanha; top usuários reincidentes; detalhamento dos usuários que não concluíram com sucesso o treinamento; detalhamento dos usuários que não tiveram uma nota satisfatória no quiz; engajamento dos usuários em cada campanha de treinamento; informações detalhadas de cada campanha.

5.7. Risco de Inconformidade

Risco de inconformidade a possibilidade de a Instituição sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros prejuízos decorrentes de descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infra legal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis.

Além disso, tratar o risco de inconformidade é atuar no sentido de aperfeiçoar os processos, controles, sistemas e documentos da Instituição, por meio do envolvimento e atuação de todos, visando agregar valor ao negócio, bem como a melhoria contínua e a promoção de uma cultura corporativa de *compliance*.

5.7.1. Controle e Acompanhamento

O gerenciamento do risco de inconformidade no Banco Mercantil é realizado a partir do Programa de *Compliance* (ou "Programa de Integridade"), um sistema que interage com os processos de negócios da Instituição. Esse Programa se estrutura a partir do ambiente regulatório em que o Banco Mercantil está inserido e com base em três princípios, sendo eles: **Prevenir, Detectar e Responder**.

Cada um desses princípios é composto por pilares fundamentais, conforme detalhados no diagrama e nos subitens abaixo, os quais envolvem pessoas, processos e sistemas com o objetivo de proteger a Instituição e tendo em vista, ainda, a melhoria contínua. A gestão e supervisão do Programa de *Compliance* do Banco Mercantil é de responsabilidade da estrutura de gerenciamento do risco de inconformidade. No entanto, a observância e o atendimento ao Programa de *Compliance* é responsabilidade de todos, sem distinção da função exercida, resultando em uma cultura corporativa de *compliance*.

Para garantir a adequada identificação de desvios relacionados aos temas de *compliance*, bem como a melhoria contínua do Programa ante às mudanças nos ambientes cultural e regulatório-legal em que a Instituição está inserida, o Banco Mercantil monitora continuamente o seu Programa, buscando controlar os riscos e aperfeiçoar seus elementos de prevenção, detecção e resposta, conforme abaixo:

- Reavaliação periódica de regras e procedimentos, especialmente por meio da revisão anual das Políticas de *Compliance*;
- Elaboração dos Relatórios de *Compliance*, por meio dos quais são reportados os resultados acerca da aplicação e do monitoramento periódico dos pilares do Programa de *Compliance*;
- Controles de monitoramento específicos para os processos abrangidos em cada pilar do Programa, além do monitoramento geral dos pilares;
- Planos de Ação, criados durante a atuação da Gerência de PLD, *Compliance* e LGPD, para a regularização de desvios relacionados aos temas de *Compliance*, bem como para aprimoramento dos elementos de prevenção e controle do Programa, visando a melhoria contínua da Instituição.

5.7.2. Comunicação Interna

Por meio deste pilar, o Banco Mercantil garante a disseminação da cultura e dos conceitos de *compliance*, buscando o alinhamento de todos aos valores estabelecidos pela Alta Administração. Assim, periodicamente são efetuados treinamentos e comunicações internas acerca das regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos nos demais pilares do Programa, compostos por conteúdo de linguagem amigável e de fácil leitura, distribuídos em diversos canais, incluindo WhatsApp, facilitando o acesso à informação. Esses são disponibilizados a todos colaboradores e, sempre que aplicável, aos terceiros da Instituição.

5.8. Risco de Privacidade

No Banco Mercantil, o risco de privacidade está associado à violação à proteção de dados por meio do acesso indevido a qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, assim como aos dados pessoais sensíveis, por qualquer parte não autorizada, que pode resultar na perda da confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade de informações.

Em um contexto de crescimento significativo de utilização de dados, e em atendimento aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foi estabelecido internamente um Programa de Privacidade, abrangente e sólido, que contempla: estrutura de

controles internos, governança, ferramentas e processos de monitoramento dos dados, fluxo de atendimento aos direitos dos titulares, relacionamento com órgãos regulamentares, segurança da informação e de acesso, comunicação interna e externa, treinamento e normatização.

O DPO da Instituição, nomeado pelo Conselho, é a Diretoria de Riscos e *Compliance*, que possui em sua estrutura um escritório de privacidade, responsável pelo Programa de Privacidade do Banco Mercantil, constituído por uma equipe multidisciplinar formada por representantes de três áreas: *Compliance*, Jurídico e Segurança da Informação, com papéis e responsabilidades distintas.

Todas as demandas internas ou externas são endereçadas ao Escritório de Privacidade, que avalia, atua e envolve demais áreas responsáveis por meio de processos estruturados e fluxos de atendimento, visando garantir, além da conformidade, os requisitos legais e mitigação de riscos, no desenvolvimento de produtos, processos e sistemas robustos.

A gestão da privacidade no Banco Mercantil está em constante evolução para refletir seus objetivos de negócio e novos cenários de vulnerabilidade.

ORA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

5.9. Risco Operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Tal definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco Mercantil, bem como sanções decorrentes do descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A Instituição dispõe de política formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração, com abrangência em todo o conglomerado Prudencial Mercantil.

Com o propósito de envolver todos os colaboradores e assegurar uma atuação eficaz, a estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do risco operacional, na qual todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa e integrada às estratégias de negócio.

5.9.1. A Estrutura Organizacional, Incluindo Papéis e Responsabilidades no Gerenciamento e Controle do Risco Operacional

A gestão está centralizada na Gerência de Risco Operacional e Controles Internos, a qual se reporta ao CRO (*Chief Risk Officer*) – Diretoria Executiva de Riscos e *Compliance*. As responsabilidades estão distribuídas em diversos níveis hierárquicos, a saber:

- Conselho de Administração: Compete a este órgão aprovar anualmente a política e as estratégias, fixar os níveis de apetite a risco (*Risk Appetite Statement*) e instituir a cultura de gerenciamento de riscos.
- Comitê de Riscos: Responsável por supervisionar a observância da RAS, monitorar níveis de apetite e acompanhar a alocação de capital.
- CEO e Diretorias: Devem assegurar a provisão de recursos adequados para a gestão e garantir o cumprimento das exigências regulatórias.
- Diretoria Executiva de Riscos e *Compliance* (CRO): Incumbe-se da adequação de sistemas e modelos à RAS e do reporte do grau de riscos assumidos ao Comitê e ao Conselho.
- Gerência de Risco Operacional e Controles Internos: Sua função é identificar e avaliar riscos em processos críticos, coletar dados de perdas e elaborar os reportes qualitativos e quantitativos.
- Áreas de Suporte e Auditoria: Atuam na conformidade (*Compliance*), segurança (Tecnologia da Informação) e validação independente (Auditoria Interna) da eficácia dos controles.

Neste contexto, a política prevê a responsabilização tanto de colaboradores quanto de terceirizados.

5.9.2. Sistemas, Rotinas e Procedimentos Utilizados para Mensurar o Risco Operacional

A metodologia empregada para a gestão do Risco Operacional é composta pelas etapas qualitativa e quantitativa, as quais se complementam.

A primeira etapa compreende o levantamento dos processos críticos, a identificação dos riscos e controles, a avaliação dos riscos e controles (incluindo a execução de testes de controle – projeto e eficácia) e a elaboração de planos de ação. Após a mensuração dos riscos e o conhecimento das exposições que extrapolam a tolerância a riscos da Instituição, são implementadas ações com o objetivo de reduzir o risco operacional a um nível aceitável.

Por sua vez, a etapa quantitativa consiste na formação da base de perdas, tendo como propósito o registro das informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao risco operacional no Banco Mercantil. A avaliação das causas das perdas possibilita o estabelecimento de ações com o intuito de mitigar as perdas operacionais. Nesta fase, também são realizadas conciliações dos dados gerenciais e contábeis a fim de assegurar a integridade e rastreabilidade dos dados.

No Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil, encontram-se disponíveis diversas ferramentas para a gestão do risco operacional: Teste de Avaliação dos Sistemas de Controles Internos, Workshops RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), Monitoramento de Incidentes Internos e Externos e os Indicadores Chave de Risco - ICRs. Tais ferramentas visam gerar informações e ações com o propósito de monitorar exposições a riscos críticos, maximizar a eficiência dos controles implementados e reduzir as perdas operacionais.

A Gerência de Risco Operacional e Controles Internos detém ainda a responsabilidade de realizar o cálculo para o Requerimento de Capital para o Risco Operacional (RWAopad). Para a efetivação do cálculo, é utilizada a ferramenta Duxus.

O monitoramento do risco operacional é subsidiado por diversos relatórios que objetivam fornecer aos gestores e à Alta Administração informações que sinalizem os aspectos qualitativos e quantitativos da exposição ao risco operacional da Instituição. Estes relatórios possibilitam a avaliação da probabilidade de ocorrência das perdas, o impacto resultante e os tipos de ações necessárias para a mitigação, além de maximizar a eficiência da gestão.

- Relatório de Gerenciamento do Risco Operacional (Trimestral): Detalha o ciclo de gerenciamento do risco quantitativo e qualitativo, a análise de causas-raiz das perdas, os indicadores da RAS e a gestão de terceiros relevantes.
- Painel de RAS e Indicadores Chave de Risco - ICRs (Mensal): Apresenta a visão dos Indicadores da RAS e dos ICRs, bem como o acompanhamento das ações para os limites que foram ultrapassados.
- Resumo Executivo (Por demanda): Reporte específico, elaborado após o mapeamento de processos críticos, que apresenta o mapa de riscos e as deficiências de controles aos gestores e diretores responsáveis.
- Dashboards Power BI (Mensal): Informações de fácil acesso relativas às perdas gerenciais e contábeis e ao acompanhamento de terceiros relevantes.

5.9.3. Estratégias de Mitigação do Risco Operacional

A Instituição adota estratégias específicas no tocante à mitigação, aculturação e terceirização, a saber:

- Não aceitação de riscos residuais classificados como "Altos" ou "Muito Altos", exigindo, para tanto, planos de ação obrigatórios.
- Prevenção de fraudes: Utilização de ferramentas como biometria facial, *Liveness* (prova de vida) e monitoramento de contas com o intuito de evitar golpes.
- Segurança da Informação: Implementação de diretrizes de criptografia e planos de simulação para assegurar a continuidade dos negócios em cenários de desastres.
- Gestão de Terceiros Relevantes: Definição e divulgação interna de procedimentos para a gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gerenciamento é orientado pelo risco inerente à atividade. A metodologia contempla a segmentação dos

terceiros por meio da classificação com base no risco associado, a contratação mediante avaliação dos critérios de decisão e riscos envolvidos, o monitoramento e o gerenciamento dos terceiros relevantes por meio de diversas métricas, e, por fim, o desligamento.

- Indicadores RAS e ICRs: Com base no monitoramento, para as métricas que excederem a tolerância, planos de ações são discutidos e desenvolvidos, sempre que viável, com o objetivo de mitigar a exposição ao risco e reduzir as perdas.
- Disseminação da Cultura: Realização de treinamentos obrigatórios periódicos destinados a funcionários e terceiros relevantes sobre as práticas de risco operacional.

Em suma, a gestão rigorosa dos riscos, baseada em apetites definidos, o processo contínuo de aculturação, o monitoramento constante dos processos e controles da Instituição por meio de diversas ferramentas, bem como as políticas e diretrizes estabelecidas, constituem pilares fundamentais para a mitigação de riscos.

Tabela OR2 – Composição do Indicador de Negócios (BI)

R\$ mil	a	b	c
	T	T-1	T-2
BI e componentes			
1 Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	659.068		
1a Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	6.986.990	5.366.170	4.152.548
1b Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	(2.653.155)	(1.780.960)	(1.497.035)
1c Ativos geradores de juros (IEA)	23.908.442	17.892.493	13.632.031
1d Receitas de participações (DI)	374.428	221.540	133.993
2 Componente de serviços (SC)	1.379.707		
2a Receita de serviços (FI)	257.426	312.975	335.008
2b Despesa de serviços (FE)	(304.939)	(203.345)	(139.944)
2c Outras receitas operacionais (OOI)	32.765	28.027	15.749
2d Outras despesas operacionais (OOE)	(1.223.852)	(1.085.733)	(924.127)
3 Componente financeiro (FC)	114.300		
3a Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	9.604	64.842	(68.982)
3b Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	(11.075)	(50.056)	138.341
4 Indicador de Negócios (BI)	2.153.074		
5 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	258.369		
	a	b	c
R\$ mil	T	T-1	T-2
Divulgação relativa ao BI			
6c Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-

Tabela OR3 – Requerimento de capital para o risco operacional

Movimento	Dez-25	
	R\$ mil	
	Valor	
1 Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	258.369	
2 Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	1	
3 Requerimento de capital para o risco operacional	258.369	
4 RWAOPAD	3.229.612	

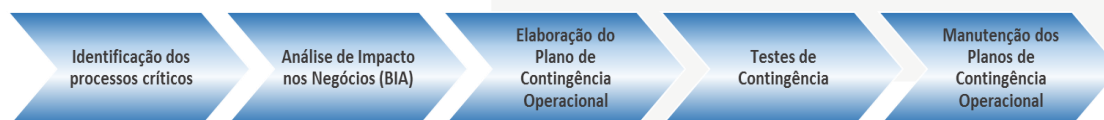
5.10. Gestão de Continuidade dos Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito da Gestão Integrada de Riscos, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que interrompam suas atividades. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos acionistas.

A partir da Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, o Banco Mercantil instituiu o processo de análise de impacto nos negócios, definiu as estratégias de contingência, com vistas a limitar os impactos de uma interrupção das atividades críticas; direcionou as equipes técnicas quanto à elaboração dos planos de continuidade; e ainda determinou a execução de testes de contingência que visem à asseguarção da eficácia das ferramentas, bem como à orientação quanto à necessidade de atualização desses testes e planos.

Esse ciclo virtuoso permite manter a gestão de continuidade dos negócios em um processo de melhoria contínua.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA



Ressalta-se que os prestadores de serviços terceirizados considerados relevantes pela Instituição, no viés de Risco Operacional, possuem Planos de Contingência obrigatórios,

sendo assegurados por meio de cláusulas contratuais e com acompanhamento realizado por meio dos Relatórios de Monitoramento Semestral dos Terceiros Relevantes.

O Banco Mercantil mantém permanente monitoramento do ambiente em que está inserido, o que permite um amadurecimento das estratégias e estudo de cenários de crise e, conseqüentemente, permanência do estado de prontidão para as situações adversas.

5.11. O Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos no Conglomerado Banco Mercantil visa proporcionar segurança razoável na realização dos processos da Instituição a partir da implantação de controles internos adequados, gerando impacto positivo para o alcance dos objetivos estratégicos. Atua em favor da implementação de controles efetivos e consistentes com a natureza, complexidade, perfil de risco e modelo de negócios das operações do Conglomerado Banco Mercantil. As atividades de controle são definidas para todos os níveis de negócios da Instituição.

5.11.1. Metodologia Aplicada

Baseado nos direcionamentos e orientações do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* -, o *framework* para gestão do Sistema de Controles Internos consiste no estabelecimento de um processo contínuo, constituído de cinco componentes inter-relacionados: Ambiente de Controle; Avaliação e Gerenciamento de Riscos; Atividades de Controle; Informação e Comunicação; Monitoramento e Aperfeiçoamento.

A gestão do Sistema de Controles Internos contempla os seguintes macroprocessos:

- a) Garantir relacionamento ético e íntegro dentro da instituição e com reguladores, autorreguladores, entidades de representação e auditores independentes, assegurando o atendimento adequado;
- b) Garantir disseminação da cultura e temas de Controles Internos, apoiando a Alta Administração na definição de treinamento e capacitação adequada a todos os colaboradores e prestadores de serviços terceirizados relevantes;

- c) Assegurar a existência de normativos internos, processos e procedimentos atualizados;
- d) Monitorar as mudanças no ambiente externo e identificar aquelas que impactam a Instituição;
- e) Mapear, avaliar e registrar os riscos relacionados às atividades da Instituição;
- f) Monitorar a exposição aos riscos operacionais e testar os controles através das seguintes ferramentas: Questionário CSA (*Control Self Assessment*); Questionário RSA (*Risk Self Assessment*); Indicadores chaves de risco (ICRs) e testes de avaliação dos Sistemas de Controles de Riscos Operacionais. Além disso, há o monitoramento das ações originadas de recomendações geradas por diversas fontes, tais como: Auditoria Externa, Órgãos Supervisores, dentre outros;
- g) Participar na avaliação de produtos e serviços;
- h) Relatar os resultados da gestão do Sistema de Controles Internos.

5.12. Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se como **Risco Social** a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. Podemos conceituar o interesse comum como sendo aquele associado a um grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, quando não relacionada à definição de risco ambiental ou climático.

O **Risco Ambiental** decorre da possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O **Risco Climático** é estratificado em duas vertentes, sendo:

Risco Climático de Transição: caracterizado pela possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

Risco Climático Físico: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos riscos social, ambiental e climático, de forma integrada aos demais riscos associados às empresas integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil, bem como a suas entidades controladas, através de uma estrutura centralizada, objetivando maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

A PRSAC é pautada por atividades, processos, procedimentos e sistemas adequados com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com o impacto causado pela Instituição na sociedade. Sendo assim, a estrutura implementada é proporcional à dimensão da exposição ao risco da instituição, permitindo embasar decisões com agilidade e adequado grau de confiança.

Pautadas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Além disso, tendo em vista o papel social desempenhado pelos bancos, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente, os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Banco Mercantil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis socioambientalmente.

5.12.1. Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento do Risco Social, Ambiental e Climático ocorrem, objetivamente, a partir da análise das bases de dados corporativas do Banco Mercantil, as quais contam com informações sobre a situação legal de todas as pessoas relacionadas à Instituição.

Além de monitorar as próprias ações, o Banco Mercantil considera as ações praticadas por suas partes interessadas, tais como tomadores de crédito, investidores e fornecedores de produtos e serviços.

De forma prática, o Banco Mercantil atribui restritivos internos de alerta às partes relacionadas a fim de direcionar ações e decisões cabíveis, facilitando a gestão sob a ótica do risco. É definido o restritivo Alerta Trabalhista aos clientes e fornecedores que tiveram sentença transitada em julgado em função da submissão de trabalhadores em regimes de trabalho análogos à escravidão, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência. Ademais, o restritivo também é atribuído às pessoas jurídicas com dívidas ativas do FGTS, da Previdência Social e de Multas trabalhistas.

De forma complementar, a Instituição atribui ainda o restritivo Alerta Social aos clientes e fornecedores que apresentem algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário.

Para além do Alerta Trabalhista e Social, a Instituição monitora também a lista de Pessoas Expostas na Mídia (PEM), cujos nomes estejam atrelados direta ou indiretamente aos delitos captados através da lista restritiva proveniente de fornecedor externo, incluindo exploração sexual, submissão de trabalhadores a condições de trabalho análogas às de escravo e exploração de trabalho infantil.

Os marcadores citados refletem nos sistemas de avaliação e decisão de crédito da Instituição, passando a ser a Mesa Negócios a alçada decisória mínima nos casos de proponentes PEM ou ainda com Alerta Trabalhista ou Social.

O Banco Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição Social, Ambiental e Climática, que varia de “A” (maior risco) a “C” (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final Comitê Superior de Crédito.

Ademais, o Banco Mercantil através da adoção de cláusulas de responsabilidade socioambiental em seus contratos com todas as partes relacionadas, permite não somente a mitigação aos riscos social, ambiental e climáticos, como também assegura a efetiva contribuição do Banco Mercantil para a construção de uma rede de relações com maior justiça social.

Adicionalmente, a Instituição, de acordo com as boas práticas de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático e considerando os princípios da relevância e proporcionalidade, definiu limites operacionais que possibilitam o monitoramento e tomada de decisão, de forma a padronizar e garantir o respeito ao apetite aos riscos da Instituição, definido por meio da Declaração de Apetite ao Risco (RAS – *Risk Appetite Statement*). O monitoramento contínuo possibilita ações preventivas que impeçam o atingimento dos limites.

5.13. Risco de Imagem e Reputação

Por Risco de Imagem e Reputação, entende-se como risco proveniente da percepção desfavorável da imagem do banco por seus clientes, contrapartes, acionistas ou órgãos reguladores. Em razão dessa percepção, a capacidade do banco para estabelecer novas relações ou para atender às relações existentes é afetada de forma significativa, expondo o banco a possíveis perdas financeiras ou a um declínio em sua base de clientes.

No Banco Mercantil, há um conjunto de normas, processos e estruturas que fornecem a base para a condução de suas atividades, inclusive aquelas afetas ao relacionamento com clientes e usuários. Neste sentido, ressalta-se a existência de políticas institucionais, de processos de identificação e saneamento de deficiências e vulnerabilidades. Tais aspectos são reforçados, principalmente, pela publicação e

divulgação de Atos Normativos e Manuais de Procedimentos com a descrição detalhada acerca de produtos, serviços e processos de atendimento a clientes, usuários, mídias sociais e demais *stakeholders*.

5.13.1. Controle e Acompanhamento

Para avaliar o grau de criticidade do Risco de Imagem e Reputação do Banco Mercantil e buscando a aderência dos processos internos ao perfil de riscos estabelecido pela Alta Administração, são utilizados indicadores de desempenho e de tendência que permitem monitorar a exposição ao risco.

Além disso, a Instituição dispõe de adequadas e eficazes estruturas de monitoramento e controle para todas as fases do relacionamento com clientes e usuários, compostas por comitês e estruturas de gestão de riscos e controles internos que contribuem para a avaliação e monitoramento de produtos, serviços e processos. Com isso, a Instituição busca garantir o adequado atendimento a clientes e usuários, bem como o alcance de seus objetivos estratégicos.

6. Anexos

Os anexos descritos abaixo e as tabelas quantitativas do **Relatório Pilar 3** estão disponíveis no site:

<https://ri.bancomercantil.com.br/arquivos-cvm-banco-mercantil-do-brasil-s-a/>

Composição do Patrimônio de Referência e informações sobre a adequação do PR (Anexo 1) - Apresenta informações sobre a apuração do Patrimônio de Referência.

Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (Anexo 2) - Apresenta informações relativas a cada instrumento integrante do Patrimônio de Referência.

Balanços Patrimoniais (Anexo 3) - Apresenta o comparativo entre o balanço do Conglomerado Prudencial e o balanço publicado nas Demonstrações Contábeis Completas.

OBRI ↗
↗ GADO!

BANCO
MERCANTIL

